

**Esclarecimento 16/07/2020 18:25:21**

Pedido de Esclarecimentos nº 2 O item 8, letra F, traz o seguinte texto: não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se houver autorização neste Termo de Referência. No nosso entendimento a sublocação de veículos com ou sem mão de obra não se pode confundir com subcontratação. Tendo em vista que recai somente a contratada toda a responsabilidade contratual. Em que pese à conveniência do vínculo de propriedade do veículo e seus colaboradores para a contratação do serviço que por hora será licitado, não vemos óbice no Edital que os licitantes apresentem veículos e motoristas com outro vínculo jurídico, a exemplo das relações de comodato, locação, leasing, free-lancer, colaboradores temporários, etc. Até porque a exigência de frota própria, nestes casos é considerada prática irregular pelo TCU (Acórdão nº 614/2015- Plenário). Nosso entendimento está correto?

**Resposta 16/07/2020 18:25:21**

Resposta da Unidade Demandante ao Pedido de Esclarecimento nº2 Em resposta ao questionamento apresentado pela licitante, temos a informar que a vedação da subcontratação prevista no edital diz respeito à relação jurídica entre o Tribunal Regional Eleitoral e a futura contratada e não dessa com os seus prestadores de serviço. Vale ressaltar que, para fins de habilitação, não há exigência de comprovação de frota própria, mas sim que se apresente atestado comprobatório da execução pertinente e compatível, em características, com o objeto do Termo de Referência.

**Esclarecimento 16/07/2020 18:47:43**

Pedido de Esclarecimentos nº 3: 1. DO SELO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL Apesar de estar voltada para a Administração Pública, a Lei de Desburocratização nº 13.726/2018 trouxe grandes avanços nos procedimentos e um deles que podemos destacar é a autenticação com selo digital. Atualmente o cartório emite o selo de fiscalização da autenticação dos documentos com o selo de autenticação eletrônico, que pode ser constatado junto ao portal do Tribunal de Justiça do Estado. Caso a entidade ou alguma licitante tenha dúvida sobre a legalidade do documento cabe ainda a possibilidade da realização de diligência, onde a empresa responderá sob as penas da Lei. Ademais, a mesma lei possibilita ainda que a Licitante apresente a declaração de autenticidade onde se responsabiliza sob as penas da lei que o documento apresentado é verídico. É correto o entendimento que, desde que atendido todos as especificidades da legalidade, a cópia do documento que possua o selo de autenticação eletrônico juntamente com a declaração de autenticidade pela licitante será aceita para participar? 2. DO PARENTESCO COM SERVIDOR PÚBLICO Entendemos que relação de parentesco entre o Secretario Especial vinculado ao Ministério da Economia e o presidente desta empresa não se enquadra nas vedações expostas no Edital. Está correto nosso entendimento? 3. MARCA E MODELO: O item 8.1, alínea H, na página 30 do edital solicita que a locadora apresente a marca e o modelo do carro. Considerando que (i) a contratação se dá com base na características do veículo e não no modelo e marca; (ii) o contrato será para locação eventual mediante a necessidade do TRE BA; (iii) as locadoras atendem a várias outros tipos de clientes (inclusive pessoa física) e por padrão de mercado disponibilizam diferentes opções de carros para uma mesma categoria. Por exemplo, os carros de 1.0 podem ser atendidos com, VW Gol 1.0, Renault Sandero 1.0, etc...; (iv) pela alta rotatividade e logística da frota, as locadoras não conseguem garantir que sempre um mesmo modelo possa ser disponibilizado para locação; Entendemos que poderemos indicar na proposta uma marca ou modelo de referência e, desde que todos atendam as especificações do edital, poderão ser disponibilizados outros carros durante o período da locação. Está correto nosso entendimento? 4. ABASTECIMENTO E LIMPEZA PARA DEVOLUÇÃO E SUBSTITUIÇÃO O item 3.2.3 na página 26 do edital informa que a Locadora deve disponibilizar o veículo com o tanque completamente abastecido e a Contratante/TRE devolverá da mesma forma para a locadora, todavia, é omissa sobre a limpeza/higienização do veículo. Gentileza informar se é correto o entendimento que, ao final da locação, o carro será devolvido limpo para a locadora e com o tanque abastecido como fora recebido? 5. DA SUBLOCAÇÃO: O item 8.1, alínea F, na página 30 do edital informa sobre a vedação e a sublocação do objeto, contudo, destacamos que a especificidade do serviço licitado é de considerável complexidade, exigindo da licitante flexibilidades que não são encontradas facilmente no mercado de aluguel de carros. Diante disso da citada complexidade e com base no Art. 72 da Lei 8.666/93, torna-se necessária a sublocação parcial de serviços, como exemplo a terceirização de motoristas (inclusive permitida pela Nova Lei Trabalhista e tendência no mercado),. Destaca-se que de toda forma a responsabilidade pela plena execução dos serviços é intransferível e de competência exclusiva da licitante vencedora. Por fim, tendo em vista a proibição da sublocação total do serviço, solicitamos que seja esclarecido se a licitante vencedora poderá sublocar parcialmente o serviço licitado, principalmente quanto a mão de obra. Obviamente a Locadora não transferirá a responsabilidade por eventual falha ou problema. 6. DAS JORNADA DE TRABALHO DO MOTORISTA É sabido que o certame possui itens com motorista da Locadora. No Anexo I – Termo de Referência, constam as especificações do serviço de locação, contudo, não apresenta a jornada de trabalho dos motoristas da Locadora. O item 3.2.21 na página 25 do edital informa que os serviços serão prestados entre o horário de 6:00 e 21:00h. Dentre outras normativas, consta a Lei nº13.103/2015 (Lei dos Motoristas) como balizadora para tais serviços a serem contratados. Destaca-se que essa lei determina que a jornada de trabalho do motorista se limita a 08 (oito) horas diárias trabalhadas. A jornada mínima de descanso deve ser de 11 (onze) horas diárias. Considerando ainda a possibilidade das viagens a serem realizadas, essa normativa também consta que o motorista não poderá dirigir por mais de 05:30 (cinco horas e trinta minutos) ininterruptamente. Para melhor entendimento desses horários, em um exemplo fictício, se o serviço começar as 07:00 horas com 1(uma) hora de almoço, ele encerrará as 16:00horas. Diante de todo o exposto e tendo em vista que o instrumento convocatório não aborda a jornada de trabalho diária, gentileza informar se os entendimentos acima são corretos. 7. Sobre a HORA EXTRA DA DIÁRIA, gentileza se manifestar: É sabido que, eventualmente, pode existir a necessidade dos serviços de locação diária necessitem de alguma hora extra. O edital é omissa sobre os valores de hora extras, tanto quanto a diária com motorista incluso de 8 (oito) horas quanto da diária sem motorista incluso eventualmente devolvidos com prazo acima do estabelecido. As diárias com motoristas inclusos são de 08 (oito) horas, observando que não existe meio-diária e que as horas excedentes até 05 (cinco) horas serão consideradas hora-extra; As horas excedentes serão pagas proporcionalmente, considerando que o valor unitário desse excedente será de 1/5 (um quinto) do valor da diária. A partir da quinta hora será considerado o valor integral de uma diária; Visando a ampliação da disputa, favor se manifestar expressamente sobre a aceitação formal desta entidade. Tendo em vista o já consolidado, é correto o entendimento da jornada de trabalho e horas extras acima indicado? 8. DA POSSIBILIDADE DO PERNOITE É sabido que o Estado da Bahia possui 205 zonas eleitorais em diferentes cidades, o que pode demandar viagens que partirão de Salvador para tais. Diante disso, pode acontecer a necessidade de pernoitar em alguma cidade. A forma mais justa e coerente é que a Locadora pague tais despesas durante a utilização do serviço e o TRE BA também reembolse os custos de hospedagem mediante a comprovação por documentos fiscais. Gentileza informar se é correto o entendimento que eventual despesa com hospedagem também será reembolsada para a Locadora, ou não haverá necessidade de pernoite? 9. DOS DADOS PARA A EMISSÃO DO DOCUMENTO FISCAL Conforme a justificativa trazida no instrumento convocatório, é sabido que o serviço será para atendimento a Secretarias ***** e demais unidades participantes. Diante disso, gentileza informar se é correto o entendimento que os documentos fiscais (nota fiscal ou fatura) devem ser emitidos todos para o mesmo cnpj 29.116.902/0001-70? 10. DA POSSIBILIDADE DE RETIRADA DO VEÍCULO NA AGÊNCIA DA LOCADORA: Considerando uma locadora que possua agência localizada a menos de 7km da Assembleia, no que se refere à entrega e devolução dos veículos, visando otimizar tal processo, consequentemente a redução dos custos a serem incluídos nos valores da diárias e aumentar a participação das empresas que não disponibilizam serviço de "leva e busca" de veículos, gentileza se manifestar quanto a possibilidade da Contratante efetuar a retirada/entrega dos veículos nas unidades da locadora. Para realizar a entrega na sede da ALRS, as locadoras devem contratar um "free lance" que possui um custo médio de R\$ 60,00 (sessenta reais) para realizar o serviço. Isso onera a consideravelmente a contratação quando comparada a possibilidade da mesma se deslocar até a filial da Locadora que custaria Nesse momento é mais adequado e comum que seja na filial da locadora, pois, as atendentes podem orientar melhor o usuário além de verificar a conformidade do carro e, se for o caso, poderá até disponibilizar outro veículo que atenda as necessidades do usuário/contratante. Esta condição reduziria consideravelmente os valores das diárias praticadas pelas empresas, pois, deve-se considerar o custo de

mão de obra de funcionários que serão contratados especificamente para isso. Diante da Razoabilidade e Economicidade para a ALRS, gentileza informar se este caso poderá ser aceito pela Contratante?

Fechar

**Resposta 16/07/2020 18:47:43**

Respostas da Unidade Demandante ao Pedido de Esclarecimentos nº3: Seguem as respostas para os questionamento apresentados: 1 - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, serão encaminhados pela licitante mais bem classificada, exclusivamente via sistema. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação. 2 - Sim. Entendemos que relação de parentesco entre o Secretario Especial vinculado ao Ministério da Economia e o presidente desta empresa não se enquadra nas vedações expostas no Edital. 3 - Não há necessidade de indicação de marca e modelo dos veículos na elaboração da proposta. A solicitação contida no item 8.1. alínea H do Termo de Referência diz respeito à execução do contrato e será feita no início da prestação do serviço, para fins de lançamento no sistema de abastecimento de combustível do órgão. 4- Sim. É correto o entendimento. 5 - A vedação da subcontratação prevista no edital diz respeito à relação jurídica entre o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a futura contratada e não dessa com os seus prestadores de serviço. Vale ressaltar que, para fins de habilitação, não há exigência de comprovação de frota própria, mas sim que se apresente atestado comprobatório da execução pertinente e compatível, em características, com o objeto do Termo de Referência. 6 - Conforme item 3.2.20. do Termo de Referência, o responsável pela Assistência de Transportes – ATRAN estabelecerá a escala diária de serviço, respeitada a jornada diária de 08 (oito) horas, com intervalo para refeição de, no mínimo, 01 (uma) hora, sendo vedada a extrapolção da jornada legal dos motoristas com o consequente incremento dos valores da diária. 7 - Conforme item 3.2.20. do Termo de Referência, é vedada a extrapolção da jornada legal dos motoristas com o consequente incremento dos valores da diária. 8 - Os veículos de passeio (contratação com motorista) serão utilizados em Salvador e Região Metropolitana. Os caminhões (contratação sem motorista) serão utilizados no transporte de materiais das unidades do órgão em todo o Estado da Bahia. Portanto, não há previsão de deslocamentos que exijam pernoite. 9 - O CNPJ do TRE-BA é o 05967350/0001-45. Todos os documentos fiscais devem ser emitidos com esse número. 10 - Os veículos deverão ser disponibilizados limpos e higienizados, com tanque completamente abastecido, ficando a cargo do Contratante os reabastecimentos durante o período da locação, sendo restituídos à Contratada ao final dos períodos de locação também com tanque cheio.